

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Eólica Ibirapuitã S.A.  
Florianópolis - SC

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Ibirapuitã S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Ibirapuitã S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 08 de março de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 SC 000202/F-1

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'M. Silva'.

Márcio Silva  
Contador CRC 1 RS 078817/O-2 - S - SC

# EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022		Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.184	210	Empréstimos e financiamentos	8	-	3.861
Contas a receber de clientes	4	1.134	1.056	Fornecedores	9	543	136
Impostos a recuperar	5	255	81	Obrigações sociais e trabalhistas		13	3
Despesas antecipadas		140	159	Obrigações tributárias	10	175	220
Outros ativos circulantes		587	567	Penalidade Weg		143	130
		<u>11.300</u>	<u>2.073</u>	Outras contas a pagar		8	7
						<u>882</u>	<u>4.357</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais		31	-	Empréstimos e financiamentos	8	-	24.363
Fundos Vinculados	6	-	9.316	Contingências		686	298
Imobilizado	7	30.600	50.320	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	11	6.861	6.554
Intangível - Servidões		333	333			<u>7.547</u>	<u>31.215</u>
		<u>30.964</u>	<u>59.969</u>				
				<b>Patrimônio líquido</b>	13		
				Capital social		96.882	64.976
				Prejuízos acumulados		<u>(63.047)</u>	<u>(38.506)</u>
						<u>33.835</u>	<u>26.470</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>42.264</u></u>	<u><u>62.042</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>42.264</u></u>	<u><u>62.042</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais mil)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita Líquida de vendas	14	12.526	13.820
(-) Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	15	(19.328)	(15.345)
(=) Lucro bruto		(6.802)	(1.525)
(+/-) Despesas gerais e administrativas	16	(17.522)	(33.132)
(=) Resultado operacional		(24.324)	(34.657)
Receitas financeiras	17	1.060	1.239
Despesas financeiras	17	(1.279)	(3.178)
(=) Resultado financeiro		(219)	(1.939)
(=) Prejuízo antes dos impostos		(24.543)	(36.596)
Imposto de Renda e Contribuição Social	18	2	(843)
(=) Prejuízo do exercício		(24.541)	(37.439)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

---

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	<u>(24.541)</u>	<u>(37.439)</u>
Total do resultado abrangente do período	<u><u>(24.541)</u></u>	<u><u>(37.439)</u></u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais mil)

	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	64.976	(1.067)	63.909
Prejuízo do exercício	-	(37.439)	(37.439)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	64.976	(38.506)	26.470
Integralização de capital	31.906	-	31.906
Prejuízo do exercício	-	(24.541)	(24.541)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	96.882	(63.047)	33.835

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes dos impostos	(24.543)	(36.596)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Impairment	15.510	31.917
Depreciações e amortizações	6.615	6.444
Baixa do imobilizado	-	-
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	307	366
Custo de captação do empréstimo	374	43
Encargos Financeiros	790	2.949
Provisão para contingências	388	-
Provisão de venda de energia	(105)	-
Provisão de compra de energia	65	-
Bônus contratual O&M	13	-
	(586)	5.123
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	27	74
Impostos a recuperar	(174)	62
Despesas pagas antecipadamente	19	-
Outros ativos	(52)	(423)
Fornecedores	342	2
Obrigações trabalhistas e sociais	10	1
Obrigações tributárias	84	(214)
Outro passivos circulantes e não circulantes	1	-
Caixa líquido das atividades operacionais	(329)	4.625
Juros pagos	(1.163)	(2.736)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(127)	(795)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	(1.619)	1.094
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do imobilizado	(123)	(104)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(123)	(104)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento empréstimos - principal	(28.225)	(3.782)
Integralização de capital	29.625	-
Fundos vinculados	9.316	670
Caixa líquido das atividades de financiamentos	10.716	(3.112)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	8.974	(2.122)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	210	2.332
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.184	210
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	8.974	(2.122)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

### A Companhia

A Eólica Ibirapuitã S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 999, Bairro Pantanal em Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

A Companhia inicialmente fazia parte do Complexo Eólico de Livramento, como uma subsidiária integral da Livramento Holding S.A., criada em outubro de 2011, a partir da associação da Eletrosul S.A., com a Fundação Elos e com o Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações, para ser o veículo de investimento dos sócios na implantação de cinco centrais geradoras eólicas no município de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul.

Em 16 de março de 2016, a gestora de recursos Brasil Plural assumiu a gestão do Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações, o qual passou a se chamar Brasil Energia - Fundo de Investimento em Participações.

Em Assembleia Geral realizada no dia 18 de novembro de 2019, a Companhia levou a conhecimento dos demais acionistas a transferência da participação acionária da Elos (Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social) para a titularidade da Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - CGT Eletrosul.

Em 12 de julho de 2023, foi aprovada em Assembleia a cisão parcial da Livramento Holding S.A., na qual a totalidade de ações da Companhia foram transferidas para Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - CGT Eletrosul passando esta a ser controladora integral da Companhia.

### Operação

O Parque Ibirapuitã possui 25,2 MW médios de potência instalada com um total de 10,3 MW médios de garantia física, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Conforme exigido pelo Leilão, para implantação e exploração do parque Eólico Ibirapuitã foi constituída uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para se estabelecer como Produtora Independente de Energia Elétrica.

As atividades do Parque Eólico Ibirapuitã se iniciaram em dezembro de 2011, quando ocorreram os primeiros aportes de capital pela holding para fazer frente às primeiras despesas com as obras de implantação do parque eólico e algumas despesas administrativas iniciais.

Em novembro de 2014, foi efetuada a troca do fornecedor dos aerogeradores do parque, por insuficiência operacional da WPE Windpower. A WEG Equipamentos Elétricos S.A. foi a nova fornecedora dos 12 Aerogeradores contratado para entrega dos parques até maio de 2015. As atividades de implantação da Central Geradora Ibirapuitã, contratadas com a empresa WEG Equipamentos Elétricos S.A., se encerraram em julho de 2015.

Em 31 de dezembro de 2023, a central eólica encontra-se em operação comercial.

### 1.1. Autorizações

O Ministério de Estado de Minas e Energia autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme demonstrado a seguir:

Controlada	Portaria	Data publicação	Capacidade instalada	Prazo de duração
Eólica Ibirapuitã S.A. (*)	68	22/02/2012	25.200 kW	35 anos a partir da publicação

(\*) Em julho de 2015, a potência instalada foi alterada para 25.200kw através da resolução autorizativa Aneel número 5.366.

## 2. Base de preparação

### 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro 2023, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e segundo as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não conflitam com as do CPC.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 05 de março de 2024.

#### Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras e fundos vinculados que estão a valor justo.

#### Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, intangível, provisões e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### 2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### 2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

#### 2.2.2. Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros.

- Classificação - ativos e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais

As perdas esperadas se aplicarão aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

#### 2.2.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa serão estabelecidas quando existir uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, a conta a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa. A Companhia não tem histórico de inadimplência em suas contas a receber.

#### 2.2.4. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

### Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Demonstramos a seguir, a estimativa de vida útil do imobilizado:

	<u>Vida útil</u>
Edificações obras civis e benfeitorias	29 anos
Máquinas e equipamentos	25 anos

Demonstrado ao custo, reduzido das depreciações de bens do imobilizado, calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 7.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia.

As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

### Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### 2.2.5. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável os correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

#### 2.2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

#### 2.2.7. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

#### 2.2.8. Reconhecimento de receita

Toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Contratos de Comercialização no Ambiente de Comercialização Livre. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia e suas controladas entendem que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente, sendo reconhecida a receita no momento da disponibilização da energia.

#### 2.2.9. Imposto de renda e Contribuição social

##### Lucro Real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

#### 2.2.10. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

- Alterações ao CPC 26 (R1) - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante e - Passivo Não Circulante com Covenants

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

- Alterações ao CPC 03 e CPC 40- Acordos de Financiamento de Fornecedores (“risco sacado”)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

- Alterações ao CPC 06 (R2) - Passivo de arrendamento em uma transação de “*Sale and Leaseback*”

As alterações afetam a forma como um vendedor-arrendatário contabiliza os pagamentos variáveis de arrendamento que surgem em uma transação de “*sale and leaseback*”. As alterações introduzem um novo modelo de contabilidade para pagamentos variáveis e exigirão que o vendedor-arrendatário reavalie e, potencialmente, rerepresente as transações de “*sale and leaseback*” realizadas desde 2019. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

- Alterações ao CPC 02 - Ausência de conversibilidade

As alterações propõem que as empresas usem uma taxa de câmbio com base em sua melhor estimativa, em vez de usar uma taxa oficial inacessível, devendo essa estimativa refletir a taxa à vista na qual uma transação de câmbio ordenada ocorreria na data de mensuração entre os participantes do mercado sob as condições econômicas vigentes. As alterações não contêm requisitos específicos para a estimativa de uma taxa à vista. Sendo sua aplicabilidade para períodos anuais com início ou após 1º de janeiro de 2025.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	72	31
Aplicações financeiras	9.112	179
	<u>9.184</u>	<u>210</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R1) e são remunerados a taxas que variam entre 97% a 100% ( 99% a 101% em 31 de dezembro de 2022) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário)

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em aplicações em instituições financeiras de primeira linha e as aplicações financeiras são destinadas às manutenções operacional e administrativa da Companhia.

#### 4. Contas a receber de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de venda de energia	105	75
Venda de Energia	1.029	981
	<u>1.134</u>	<u>1.056</u>

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo referente a provisão de venda de energia representa a venda do mês de dezembro, cujas faturas serão emitidas no mês subsequente.

#### 5. Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
PIS a recuperar	15	21
COFINS a recuperar	71	36
IRRF sobre aplicação	169	-
Outros	-	24
	<u>255</u>	<u>81</u>

#### 6. Fundos vinculados

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicação Bradesco DI - O&M	-	828
Aplicação Bradesco DI - Serviço da dívida	-	3.203
Aplicação Bradesco - Centralizadora	-	5.285
	<u>-</u>	<u>9.316</u>

As aplicações estavam vinculadas ao financiamento com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, como parte da garantia concedida àquela instituição financeira em decorrência de empréstimos tomados. As movimentações nessa aplicação requeriam aprovação prévia do BNDES, com a liquidação do financiamento em 03 de fevereiro de 2023 os recursos estão sendo geridos como caixa e equivalentes de caixa.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

7. Imobilizado

	<u>Taxas anuais de depreciação</u>	<u>Custo em 31/12/2023</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Valor Líquido em 31/12/2023</u>	<u>Valor Líquido em 31/12/2022</u>
Em serviço					
Terrenos		93	-	93	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	8.358	(2.320)	6.038	6.307
Máquinas e equipamentos	3,8	130.601	(48.855)	81.746	85.486
Sistema de transmissão e conexão					
Máquinas e equipamentos	3,8	12.649	(3.473)	9.176	9.593
(-) Impairment (a)		(72.062)	-	(72.062)	(56.552)
Em curso					
Geração					
Material em depósito		5.609	-	5.609	5.486
Adiantamento a fornecedores		19.987	-	19.987	19.987
(-) Provisão para perda		(19.987)	-	(19.987)	(19.987)
Total Imobilizado		<u>85.248</u>	<u>(54.648)</u>	<u>30.600</u>	<u>50.320</u>

As taxas utilizadas para depreciação do imobilizado estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15, emitida pela ANEEL.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

Demonstramos a seguir, a movimentação do imobilizado para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Movimentação do ativo imobilizado, líquido	31/12/2022	Impairment	Incorporações (b)	Aquisições	Depreciação	31/12/2023
Em serviço						
Geração						
Terrenos	-	-	-	93	-	93
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.307	-	9	-	(278)	6.038
Máquinas e equipamentos	85.486	-	2.180	-	(5.920)	81.746
Sistema de transmissão e conexão						
Máquinas e equipamentos	9.593	-	-	-	(417)	9.176
(-) Impairment (c)	(56.552)	(15.510)	-	-	-	(72.062)
Em Curso						
Geração						
Adiantamento de fornecedores	19.987	-	-	-	-	19.987
Material em depósito	5.486	-	-	123	-	5.609
(-) Provisão para perda (a)	(19.987)	-	-	-	-	(19.987)
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-
	<u>50.320</u>	<u>(15.510)</u>	<u>2.189</u>	<u>216</u>	<u>(6.615)</u>	<u>30.600</u>

Movimentação do ativo imobilizado, líquido	31/12/2021	Impairment	Aquisições	Depreciação	31/12/2022
Em serviço					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.585	-	-	(278)	6.307
Máquinas e equipamentos	91.235	-	-	(5.749)	85.486
Sistema de transmissão e conexão					
Máquinas e equipamentos	10.010	-	-	(417)	9.593
(-) Impairment (b)	(24.635)	(31.917)	-	-	(56.552)
Em Curso					
Geração					
Adiantamento de fornecedores	19.987	-	-	-	19.987
Material em depósito	5.382	-	104	-	5.486
(-) Provisão para perda (a)	(19.987)	-	-	-	(19.987)
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-
	<u>88.577</u>	<u>(31.917)</u>	<u>104</u>	<u>(6.444)</u>	<u>50.320</u>

(a) Adiantamento a fornecedores

Em 07 de fevereiro de 2014, as empresas pertencentes ao Grupo Eólicas do Sul, dentre as quais a Eólica Ibirapuitã S.A. firmaram um aditivo ao contrato de empreitada integral a preço global para implantação dos projetos eólicos com a Wind Power Energia S.A. O montante de R\$ 19.987, refere-se ao total dos valores adiantados pela Companhia ao fornecedor. Devido ao não cumprimento das obrigações pelo contratado, este valor encontra-se integralmente provisionado.

Contextualizando o motivo da provisão, em 05 de dezembro de 2014, a Wind Poder apresentou pedido de Recuperação Judicial. Em 12 de fevereiro de 2015, foi publicado edital da 1ª Lista de Credores, elaborada pela Wind Power, em que a Eólica Cerro Chato IV S.A.; a Eólica Cerro Chato V S.A.; a Eólica Cerro Chato VI S.A.; a Eólica Cerro dos Trindade S.A. e a Eólica Ibirapuitã S.A.; em conjunto com a Eólica Chuí I S.A.; a Eólica Chuí II S.A.; a Eólica Chuí IV S.A.; a Eólica Chuí V S.A.; a Eólica Chuí VI S.A. e a Eólica Chuí VII S.A. foram listadas com um crédito de R\$ 157.848. As empresas apresentaram Divergência de Crédito solicitando a sua alteração para R\$ 307.437.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

---

Em 11 de maio de 2015, o Administrador Judicial apresentou a 2ª Lista de Credores, com seu parecer acerca da Divergência, acolhendo-a parcialmente, aceitando o aumento do crédito até o limite do valor anteriormente executado pelas empresas em face da Wind Power, no montante de R\$ 239.974, sendo R\$ 164.202 devidos à Eólica Cerro Chato IV S.A.; à Eólica Cerro Chato V S.A.; à Eólica Cerro Chato VI S.A.; à Eólica Cerro dos Trindade S.A. e à Eólica Ibirapuitã S.A. Em 19 de março de 2018, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, na qual o Plano de Recuperação Judicial da Wind Power foi aprovado por todas as classes de credores. Em 07 de fevereiro de 2019, ocorreu a homologação judicial do referido Plano.

Uma das alternativas para o pagamento dos credores é a venda de determinados ativos pela Wind Power, que deveria ocorrer no prazo de até 24 meses após a homologação do Plano. Este prazo, no entanto, ficou suspenso entre março e setembro de 2020, atrasando a execução do plano aprovado. Isso porque em razão da pandemia a justiça determinou a suspensão da Recuperação Judicial, por se tratar de processo que tramita em via física, e não digitalmente. Atualmente estão sendo pagos credores trabalhistas e micro e pequenas empresas com créditos de até R\$ 20 mil.

(b) Incorporações

Os montantes incorporados de máquinas/equipamentos e urbanizações/benfeitorias se refere a ativos que eram compartilhados entre a Eólica Ibirapuitã, Eólica Cerro Chato IV, Eólica Cerro Chato V, Eólica Cerro Chato VI e Eólica Cerro dos Trindade, ou seja, todas as SPES que faziam parte do Complexo Eólico de Livramento. Em julho de 2023, ocorreu o desmembramento do grupo, onde a Eólica Ibirapuitã passou a ser controlada direta da CGT Eletrosul e as demais empresas foram adquiridas por outro acionista, surgiu assim a necessidade de transferências do ativo imobilizado, dessa forma, os bens foram incorporados integralmente ao ativo fixo da Eólica Ibirapuitã S.A.

(c) Impairment

A Companhia realizou, em 31 de dezembro de 2023, avaliação individual de todas as suas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) quanto aos aspectos do *impairment*. A Companhia classificou cada projeto eólico como uma UGC e efetuou o teste por autorização concedida.

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração. O *impairment* está sendo ajustado proporcionalmente à depreciação dos bens.

Para as UGCs que não possuem fluxo de caixa, o valor recuperável foi estimado com base no valor de venda dos ativos remanescentes.

Anualmente, a Companhia revisa as premissas e resultados, o que gera complemento ou reversões de *impairment*. Em dezembro de 2023 as projeções indicaram a necessidade de um complemento de provisão no valor de R\$ 15.510, cujo saldo na data base passou a ser R\$72.062.

Principais premissas adotadas:

	2023
Taxa de desconto para o fluxo de caixa (WACC)	6,57 % pós-tax
Preço da receita	De acordo com os contratos de CCEAL vigentes e PLD médio projetado para as vendas ocorridas no ambiente livre.
PIS e COFINS	9,25% sobre a receita bruta (SPE optante pelo lucro real)
Taxa de fiscalização da ANEEL	0,46% da receita bruta
Depreciação	De acordo com as taxas ANEEL
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC)
Prazos do fluxo de caixa	Prazos das autorizações
Índice de geração	Média de geração desde o início da operação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

## 8. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2023	31/12/2022
BNDDES - Principal	-	28.502
BNDDES - Encargos	-	113
BNDDES - Custo de captação	-	(391)
Total	-	28.224
Circulante	-	3.861
Não Circulante	-	24.363

Demonstramos a seguir a movimentação dos empréstimos:

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Saldo no início do período	3.861	3.836
Transferências do não circulante	-	3.551
Amortização - (Principal e encargos)	(5.025)	(6.518)
Encargos	790	2.949
Amortização do Custo de Captação	374	43
Saldo no final do período	-	3.861
Não circulante		
Saldo no início do período	24.363	27.914
Amortização (principal e encargos)	(24.363)	-
Transferências para o circulante	-	(3.551)
Saldo final do período	-	24.363
	-	28.224

Em fevereiro 03 de fevereiro de 2023 a Companhia optou pelo pagamento antecipado dos saldos de empréstimos e financiamentos junto ao BNDDES. A liquidação se deu por meio de aporte de capital do acionista em 03 de fevereiro de 2023.

## 9. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	363	21
Compra de energia	65	-
TUST provisão	115	115
	543	136

## 10. Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
ISS a pagar	-	1
CSRF a pagar	31	17
IRRF a pagar	3	2
INSS retido a pagar	31	30
IRPJ sobre a receita	-	58
CSLL sobre a receita	-	70
PIS sobre a receita	19	7
COFINS sobre a receita	90	35
ICMS a pagar	1	-
	175	220

## 11. Ressarcimento Contrato CCEAR

Os contratos firmados no ambiente regulado foram suspensos de abril a dezembro de 2017 e rescindidos a partir de janeiro de 2018 de forma permanente. Sendo assim, 100% da energia disponível vem sendo comercializada no mercado livre, através de leilões privados promovidos pelas empresas do grupo Eólicas do Sul, e não há mais o risco do crescimento desta provisão de ressarcimento por geração reduzida devido a uma performance abaixo do previsto na produção de energia.

O saldo remanescente dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) que havia sido previsto pela administração até o exercício findo em 2017 é diferente do divulgado como oficial pela CCEE em 2018. Basicamente a divergência numérica para maior está na data base do PLD médio utilizado. Pela leitura dos contratos, a Companhia utiliza 31 de março de 2017, data em que não há mais a obrigação de entrega de energia ao ambiente regulado, ao passo que a Câmara de Energia utiliza 31 de dezembro de 2017.

A Companhia discutiu a forma de cálculo administrativamente com a ANEEL, mas teve seu pleito negado pela referida Agência em maio de 2019, motivo pelo qual para efeito de provisões no passivo de longo prazo, o que está registrado na data base dezembro de 2023 é o montante calculado pela CCEE.

Os valores a serem ressarcidos às distribuidoras serão objeto de negociação bilateral e estão sendo atualizados à IPCA.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Não circulante		
Saldo início do período	6.554	6.188
Varição IPCA sobre saldo de provisão acumulado	307	366
Saldo no final do período	<u>6.861</u>	<u>6.554</u>

## 12. Partes relacionadas

## Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração, totalizou R\$ 370 (R\$ 157 em 31 de dezembro de 2022), e inclui salários, honorários e remuneração variável.

Não há nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como a Companhia não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Adicionalmente, também não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

## 13. Patrimônio Líquido

## a. Capital social

	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações	%	Ações	%
CGT Eletrosul	96.882	100	-	-
Livramento Holding S. A	-	-	64.976	100
	<u>96.882</u>	<u>100</u>	<u>64.976</u>	<u>100</u>

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de fevereiro de 2023 foi aprovado aumento de capital no valor de R\$ 28.845 mediante a quitação do empréstimo da Companhia junto ao BNDES. Adicionalmente, entre os meses de junho e julho foi aprovado em Assembleias Geral Extraordinária aumento de capital no montante total de R\$ 3.061, deste valor, R\$ 2.280 foi integralizado por meio de transferência de ativo imobilizado e R\$ 780 por meio de aporte de caixa.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 12 de julho de 2023, foram formalizados os atos societários e atualizações de estatuto onde a CGT Eletrosul passou a deter a totalidade das ações da Eólica Ibirapuitã S.A.

Em 31 de dezembro de 2023 o Capital Social da Companhia é de R\$ 96.882 (R\$ 64.976 em 31 de dezembro de 2022, representadas por 96.881.948 (noventa e seis milhões e oitocentos e um mil e novecentos e quarenta e oito mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e a integralidade das ações pertencente a acionistas domiciliados no país. As ações ordinárias encontram-se totalmente subscritas e integralizadas.

## 14. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Energia Elétrica de curto prazo - CCEE	64	59
Receita de venda de energia - Comercialização	267	(377)
Receita de venda de energia - MCSD	13.632	14.775
Deduções da receita bruta		
PIS	(239)	(98)
COFINS	(1.102)	(453)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(96)	(86)
Receita líquida operacional	<u>12.526</u>	<u>13.820</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

## 15. Custo de operação

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e Administradores	(352)	(128)
Serviços de terceiros	(6.909)	(5.898)
Materiais	(3.094)	(12)
Depreciação	(6.614)	(6.443)
Ressarcimento por geração reduzida - CCEAR (13)	(307)	(365)
Encargos de uso da Transmissão	(1.364)	(1.651)
Outros custos operacionais	(688)	(860)
	<u>(19.328)</u>	<u>(15.345)</u>

## 16. Despesas operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e Administradores	(18)	(29)
Serviços de terceiros	(1.481)	(1.130)
Impairment	(15.510)	(31.917)
Outras despesas operacionais	(127)	(57)
	<u>(12.748)</u>	<u>(33.133)</u>

## 17. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas de aplicações financeiras	1.042	1.223
Outras receitas financeiras	18	17
Receitas financeiras	<u>1.060</u>	<u>1.239</u>
Encargos da dívida	(1.163)	(2.992)
Multas e juros contratuais	-	(12)
Despesas bancárias	(60)	(145)
Juros e multa	(20)	(6)
IOF	(4)	(6)
Tarifa prestação fiança	-	(7)
Outras despesas financeiras	(33)	(10)
Despesas financeiras	<u>(1.280)</u>	<u>(3.178)</u>
Total líquido	<u>(220)</u>	<u>(1.939)</u>

## 18. Imposto de Renda e Contribuição Social

## 18.1. Tributos correntes

Em 2022 a Companhia apurou o Imposto de Renda e a Contribuição Social através de 'lucro presumido'. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a: i) 8% (venda de produtos) e 32% (prestação de serviços) do faturamento da Companhia acrescido de outras receitas operacionais para fins de imposto de renda; e ii) 12% (venda de produtos) e 32% (prestação de serviços) da mesma base tributável para fins de contribuição social.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais)

O imposto de renda corrente é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável, acrescido do adicional de 10%, sobre o excedente a R\$ 240. A contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

Para 2023 a Eólica Ibirapuitã optou por mudança de tributação e passou a apuração o Imposto de Renda e a Contribuição Social pelo Lucro Real. Neste regime, o lucro operacional tributável é ajustado por adições ou exclusões, de acordo com a legislação vigente.

O Imposto de Renda corrente é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro fiscal (lucro contábil deduzido de exclusões e adições previstas na legislação brasileira) tributável, acrescido do adicional de 10%. A Contribuição Social corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro fiscal (lucro contábil deduzido de exclusões e adições previstas na legislação brasileira) tributável.

Os valores reportados como despesa de imposto de renda nas demonstrações de resultado são reconciliados com as alíquotas estatutárias, como segue:

	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo antes do IR e CSLL	(24.543)
Alíquota nominal combinada do Imposto de Renda e Contribuição Social	34%
Imposto de renda e Contribuição social às alíquotas da legislação	<u>(8.345)</u>
Outras adições/exclusões	8.347
Imposto de Renda e Contribuição Social Líquidos	<u><u>2</u></u>
	<u>31/12/2022</u>
IRPJ	
Receita bruta sujeita a 8%	15.229
Lucro presumido 8%	1.218
Rendimentos de aplicações financeiras e outras	1.223
Base de cálculo do IRPJ	2.441
IRPJ 15%	363
IRPJ adicional 10%	226
Total a pagar IRPJ	<u>(589)</u>
CSLL	
Receita bruta sujeita a 12%	15.229
Lucro presumido 12%	1.827
Rendimentos de aplicações financeiras e outras	1.223
Base de cálculo da CSLL	3.050
CSLL 9%	<u>275</u>
Total a pagar CSLL	<u>(275)</u>
Ajustes provisões	21
Total IRPJ e CSLL	<u><u>(843)</u></u>

## 19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

### Considerações gerais

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum contrato que envolva operações com derivativos.

#### a. Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado
<b>Ativos financeiros</b>				
Contas correntes bancárias	-	72	-	31
Aplicações financeiras	9.112	-	179	-
Fundos vinculados	-	-	9.316	-
Contas a receber de clientes	-	1.134	-	1.056
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	28.224
Fornecedores	-	612	-	136

## 20. Contingências

Em 31 de dezembro de 2023, conforme os assessores jurídicos da Companhia, tramitam, nas esferas judicial e administrativa, processos cíveis, trabalhistas e fiscais considerados pelos assessores jurídicos da Companhia e pelos advogados que a representam judicialmente como de risco possível, provável e remoto de materialização.

Os valores referentes aos processos considerados de risco provável estão previstos nos passivos da Companhia. Os processos de risco possível e aqueles que a Companhia entende que merecem destaque serão a seguir detalhados.

#### a. Impactos da REN n° 719/2016 (alteração da REN n° 595/2013) (Êxito provável)

Em 17 de maio de 2016, foi publicada a REN n° 719/2016 da ANEEL que, entre outras, trouxe algumas alterações nas Regras de Comercialização da CCEE. Tais alterações incluíram mudanças na REN n° 595/2013 na forma de mensuração da receita fixa no período de atraso na entrega de energia vendida na modalidade de CCEAR.

Em resumo, antes da REN n° 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso considerava o somatório da receita fixa com a receita variável, quando aplicável, além dos efeitos no Mercado de Curto Prazo (MCP). Para as eólicas (usinas sem CVU), não há parcela de receita variável, porém para os efeitos do MCP era feita uma simulação com base nas características da usina e nos dados contratuais, ou seja, a geração simulada era determinada pela disponibilidade mensal da usina e comparada com a energia contratada.

Assim, dada a característica sazonal dos ventos, verificou-se uma disparidade entre a energia contratada e a disponibilidade mensal, a depender do período de atraso.

Portanto, o preço utilizado para fins de reconhecimento tarifário no pagamento do montante da energia em atraso para centrais eólicas poderia ter diferentes efeitos, considerando a disponibilidade mensal da energia contratada em determinado mês e os preços elevados no MCP.

Há ainda consideração acerca do cumprimento da obrigação contratual, que para as usinas eólicas tem aferições anuais e quadrienais entre a energia gerada e a obrigação de entrega, o que pode resultar em ressarcimento devido pelo vendedor aos compradores. Este ressarcimento que considera a energia gerada e a quantidade da energia comprometida e para os períodos de descasamento, atraso, suspensão de unidade geradora ou submotorização, é utilizado para compor a energia gerada anual a energia vinculada ao contrato, ou seja, a energia contratada.

Por fim, conclui-se que não era razoável imputar a disponibilidade mensal, para fins de valorar o atraso na aplicação da REN n° 595/2013, e a energia contratada, para fins desse mesmo atraso na conciliação anual.

Nesse caso, a partir da REN n° 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso passou a considerar a energia contratada e, então, o preço será apenas a receita fixa unitária, uma vez que os efeitos do MCP serão nulos ao considerar a geração simulada como próprio valor da energia contratada.

Para os agentes impactados, a reapuração foi feita para o período de fevereiro de 2014 até abril de 2016, com um impacto aproximado de R\$ 5.328 para as eólicas do complexo Livramento.

A Companhia não concorda com a aplicação retrospectiva dessa resolução e, com o auxílio de assessor jurídico externo, ingressou com ação judicial para suspender os efeitos financeiros da aplicação retrospectiva e ação para anular tais efeitos. A ação proposta pela Companhia foi julgada procedente pela Justiça Federal do Distrito Federal em maio de 2022. A ANEEL interpôs recursos de apelação contra a sentença de procedência, e o recurso está pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

b. Ação de Reparação por Perdas e Danos - Geonaturae (Perda provável)

Em julho de 2018, a empresa Geonaturae Comércio de Serviços Ambientais Ltda. ingressou com Ação de Reparação por Perdas e Danos, solicitando o pagamento de R\$ 248, a título de perdas e danos, acrescido de juros e correção monetária, em função da quebra do contrato firmado com a Eólica Ibirapuitã S.A., em virtude da sua rescisão. Após regular instrução processual, foi proferida sentença julgando a ação procedente em novembro de 2020. O Foi interposto recurso de apelação interposto pela Companhia foi parcialmente provido, apenas para reduzir o valor dos honorários de sucumbência, mas com a manutenção da procedência do processo. A Companhia interpôs recurso especial, que foi inadmitido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Em dezembro de 2023, foi interposto agravo ao Superior Tribunal de Justiça com o intuito de reformar a decisão que inadmitiu o recurso especial. Atualmente está em curso o prazo para que a Geonaturae apresente contrarrazões ao agravo, com o objetivo de reformar a sentença e uma provisão deste valor foi constituída em dezembro 2020 no passivo não circulante.

c. Requerimento Administrativo - ANEEL

Em 06 de julho de 2018, a Eólica Ibirapuitã S.A. protocolou junto à ANEEL Requerimento Administrativo, que tinha por objetivo a revisão dos valores de ressarcimento anual e quadrienal dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) registrados em 2017 que, num primeiro momento, tiveram o seu volume reduzido para o período compreendido entre 01 de abril e 31 de dezembro de 2017, suspendendo a possibilidade de entrega de energia nesse período e, posteriormente, foram integralmente rescindidos, encerrando suas obrigações contratuais quanto à entrega de energia para os agentes compradores. Tais situações foram possíveis em virtude do processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD: MCSD de Energia Nova A-0 e MCSD Energia Nova A4+.

O Requerimento Administrativo acima descrito apresenta os argumentos da empresa no sentido de que o cálculo do ressarcimento deve considerar a referência de preço médio do PLD aplicável apenas ao período em que havia obrigação de entrega de energia, qual seja até 31 de março de 2017 e não até dezembro do mesmo ano, conforme o cálculo apresentado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). No entanto, o referido Requerimento foi negado pela Superintendente de Regulação Econômica e Estudos do Mercado da ANEEL, conforme Despacho nº 2.141, de 19 de setembro de 2018.

Em 11 de janeiro de 2019 foi protocolado o Pedido de Anulação, elaborado por escritório especialista em demandas perante a ANEEL, que tem por finalidade a reversão da decisão tomada pela Agência, nos termos do Despacho anteriormente mencionado, e a reapuração dos valores de ressarcimento anual e quadrienal dos CCEARs rescindidos em virtude do processamento do MCS D, de maneira a considerar a referência de preço aplicável apenas ao período em que havia obrigação de entrega de energia. No entendimento do escritório que patrocinava o processo administrativo perante a ANEEL a chance de sucesso do Pedido de Anulação era provável.

No entanto, em 28 de maio de 2019 a Diretoria da ANEEL, por unanimidade, decidiu, negar provimento ao Pedido de Anulação, mantendo na íntegra o Despacho nº 2.141/2018, conforme indicado na nota 14. A Administração da Companhia iniciou, em janeiro de 2020, uma ação judicial para discutir a decisão da ANEEL. Em março de 2021 foi proferida sentença julgando a ação improcedente. Atualmente há um recurso de apelação aguardando julgamento no Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Atualmente a ação está em fase de recurso judicial. Como ainda não há uma decisão favorável, nas informações contábeis da Companhia o valor considerado para o pagamento dos ressarcimentos devidos às distribuidoras pela controlada Eólica Ibirapuitã S.A. é o calculado pela CCEE (até dezembro de 2017).

d. Autos de Infração - REIDI (êxito possível)

A Receita Federal do Brasil (RFB) autuou as empresas Eólica Ibirapuitã S.A., Eólica Cerro Chato IV S.A., Eólica Cerro Chato V S.A., Eólica Cerro Chato VI S.A. e Eólica Cerro dos Trindade S.A. aplicando multa regulamentar em decorrência de suposto descumprimento de obrigação acessória no âmbito do REIDI (Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura). A tese central da defesa referente à multa se refere ao fato de que as empresas haviam comunicado, por equívoco, o encerramento da obra em data incorreta, razão pela qual, na visão da RFB, o prazo legalmente previsto na legislação do REIDI teria sido descumprido.

E o equívoco do contribuinte estaria no fato de que, à época, as obras não haviam se encerrado, daí porque a multa seria incabível. O valor atualizado do auto de infração da Ibirapuitã é de R\$ 49.7. Foi apresentada impugnação administrativas ao auto de infração, suspendendo a aplicação da multa até que a impugnação seja analisada administrativamente. As impugnações foram julgadas improcedentes pela Delegacia Regional de Julgamento (DRJ), o que motivou a interposição de recursos voluntários - com efeito suspensivo - ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Atualmente, o recurso voluntário aguarda julgamento.

- e. Ação Ordinária - GBO Serviços de Portaria e Limpeza Ltda. (êxito possível)

Em outubro de 2019, a Companhia recebeu citação de Ação Ordinária proposta pela empresa GBO Serviços de Portaria e Limpeza Ltda. pleiteando o pagamento do último mês da prestação dos serviços, lucros cessantes, multa por rescisão imotivada, referente ao contrato firmado com a Eólica Ibirapuitã S.A., bem como aos contratos firmados com a Chuí Holding S.A. e Santa Vitória do Palmar Holding S.A. Deu à causa o valor total de R\$ 252, sendo que R\$ 48 se referem à Ibirapuitã. Atualmente a ação aguarda julgamento em 1ª instância.

- f. Procedimento Arbitral CMA 777 - WEG Equipamentos Elétricos S.A. (êxito possível)

Trata-se de arbitragem instaurada pela Ibirapuitã contra a WEG em novembro de 2022, em que se busca o cumprimento de obrigações previstas no Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Comissionamento de Aerogeradores (O&M) firmado entre ambas em 30 de outubro 2014. Objetivamente, a responsabilização da WEG pelo reparo de aerogeradores danificados, e pelo pagamento das indenizações decorrentes da paralisação dos equipamentos. O valor estimado do litígio é de R\$ 15 milhões.

Uma vez apresentado o requerimento inicial, a Ibirapuitã indicou como árbitro o advogado André Leal Faoro, e a WEG indicou a advogada Debora Visconte como árbitra. A presidência do Tribunal Arbitral está a cargo de Katherine Spyrides, que foi indicada pelos árbitros nomeados pelas partes. Em 26 de junho de 2023 a Ibirapuitã apresentou alegações iniciais. Em 11 de setembro de 2023, a WEG apresentou sua resposta. A Ibirapuitã apresentou réplica e a WEG tréplica. Atualmente, está em curso o prazo para que as partes especifiquem as provas que pretendem produzir.

- g. Execução Fiscal ISS - Município de Santana do Livramento (êxito provável)

Trata-se de execução fiscal proposta pelo Município de Santana do Livramento em 2019, para cobrar o ISS relativo a fatos geradores ocorridos no exercício de 2015, conforme a CDA no 2100027581/2019. O valor original da execução é de 31.094,39.

A Companhia garantiu o juízo por meio de depósito judicial, e apresentou embargos à execução sustentando que o processo deve ser extinto pelas seguintes razões: (i) a exigência fiscal é nula devido à ilegalidade dos lançamentos de ofício realizados pelo fisco, já que não pôde se defender administrativamente das cobranças, em clara violação ao contraditório e devido processo; (ii) ante a inexistência de processo administrativo prévio ao ajuizamento da execução, a CDA não satisfaz os requisitos legais pertinentes, porquanto, a falta de indicação do número do processo administrativo enseja a nulidade da certidão; (iii) os créditos tributários que estão sendo executados já foram pagos e estão extintos; (iv) o ISS relativo à nota fiscal no 3689, além de estar pago, foi lançado pela fazenda municipal com alíquota de 5% sobre o preço dos serviços, sendo que a alíquota fixada na legislação do município para serviços de engenharia é de 3%. Afora isso, a dupla oneração do mesmo fato gerador constitui situação de *bis in idem*.

Após a oposição dos embargos, o Município requereu a extinção da execução fiscal, o que foi acolhido pelo juízo. Contudo, como houve a condenação da Companhia ao pagamento dos ônus de sucumbência, muito embora tenha sido o Município quem deu causa à execução, foram opostos embargos de declaração para que seja feita a redistribuição da sucumbência, que deve ser suportada pelo Município. Atualmente, os embargos de declaração aguardam julgamento.

## 21. Compromissos

### 21.1. Desmobilização de ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terrenos com terceiros. O Pronunciamento Contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes determina que se deve constituir provisão de desmobilização de ativos para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original, devendo-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado. Entretanto, os contratos mantidos pela Companhia possuem cláusula específica que permite à Companhia remover ou não a rede elétrica e os equipamentos do terreno, desde que em caso de não remoção não ocorra prejuízos aos arrendadores.

Desta forma, considerando que a Administração espera manter a utilização da rede elétrica e dos equipamentos após o fim do contrato, seja por extensão do contrato ou por venda para terceiros, não foi construída provisão para desmobilização de ativos, já que não são esperados desembolsos.

## 21.2. Arrendamentos

A Companhia possui compromissos referente ao contrato de arrendamento de terras, os quais se referem, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia.

Os pagamentos efetuados para arrendamento são reconhecidos nas demonstrações do resultado pelo método linear, durante o período de arrendamento. Estes pagamentos ocorrem mensalmente e são equivalentes a 1,0% da receita líquida obtida com a geração de energia.